

ATA DA 26ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS DO CEARÁ – CONERH

Aos 02 dias do mês de abril de 2002, foi realizada no Auditório da Secretaria dos Recursos Hídricos – SRH, situada no Centro Administrativo Governador Virgílio Távora – edifício da SEDUC – Cambéa em Fortaleza – Ce, a 26ª Reunião Extraordinária do Conselho de Recursos Hídricos do Ceará – CONERH, por ter assumido compromisso fora da secretaria o Dr. Hypérides Pereira de Macêdo, presidente do CONERH ficou impossibilitado de presidir a reunião; e estando o seu substituto legal Dr. Ramon Flávio Gomes Rodrigues sub-secretário do Recursos Hídricos participando de um evento representando a secretaria no interior do Estado, a reunião fôra presidida pelo secretário executivo Antônio Martins da Costa a pedido dos conselheiros. Este deu início a reunião fazendo a verificação do quorum, havendo quorum suficiente, Dr. Antonio Martins da Costa indagou aos conselheiros presentes se havia necessidade de uma leitura prévia da ata anterior, lembrando que a mesma tinha sido remetida com antecedência. Não havendo nenhuma observação a fazer, a mesma foi aprovada por unanimidade. Dando continuidade, fez a leitura do expediente, 4.1 – Apreciação dos resultados do Programa Águas do Vale; 4.2 – Aprovação da criação dos CBH's da sub-bacia do Salgado e da sub-bacia do Alto Jaguaribe. Antes de chamar o Dr. Zaranza para falar sobre os resultados do Programa Águas do Vale, o Secretário Executivo fez uma breve retrospectiva desse programa que teve a parceria do Governo do Federal através da Agência Nacional de Águas – ANA e execução do Governo do Estado (SRH, COGERH, SEPLAN, SEAGRI, que teve como um dos objetivos minimizar os efeitos da escassez de água que tivemos no ano passado. Elogiou o trabalho dos senhores conselheiros no acompanhamento e nas discussões das diretrizes e mecanismos aprovados através de resoluções pelo CONERH para a implantação do referido programa que teve como carro chefe a gestão dos recursos hídricos. Em seguida, passou a palavra para o Dr. Zaranza, Superintendente das Bacias Interiores da COGERH, que iniciou mostrando, através de simulação, a situação dos açudes da região do Jaguaribe antes e depois do programa, que tinha como meta principal a redução de 50% de água utilizada em todo o plantio de irrigação, principalmente na cultura do arroz, garantindo dessa forma, o abastecimento de água em todas as cidades da região por um período de 2 anos. Ressaltou também o trabalho das secretarias envolvidas nas 75 reuniões realizadas com a participação das comissões de usuários e dos comitês de bacias, envolvendo o ministério público e outros segmentos da sociedade. Finalizando, admitiu que os resultados foram positivos no aspecto da fiscalização, monitoramento e expedição de outorgas. No entanto, lamentou o grande número de usuários de água inadimplentes no que se refere ao pagamento da tarifa estipulada num acordo assumido por todos os beneficiários do projeto. O professor Vieira, representante da ABRH, parabenizou o palestrante como também a todas as secretarias envolvidas na execução do plano, principalmente a COGERH. Com relação ao grande número de inadimplentes, sugeriu um grande trabalho para combatê-la com certa veemência. Dr. Acúrcio Araújo, representante da SDR, parabenizou o Dr. Zaranza pela exposição e expressou a sua preocupação também com aqueles usuários que assumiram o

compromisso com o Estado com relação ao pagamento da tarifa estipulada no programa e alertou o governo estadual para o risco que corre quando estimula a implantação de projetos de irrigação, no Estado, no momento de escassez de água em função dos invernos irregulares que vem ocorrendo nos últimos anos. Lúcia de Fátima, representante da ABES, levantou a questão no que diz respeito a qualidade da água em virtude da implantação de vários projetos de carcinicultura outorgados pela Secretaria dos Recursos Hídricos e licenciado pela SEMACE, sem um programa de monitoramento da qualidade de água que possa prever o impacto negativo que venha ocorrer, prejudicando todo corpo hídrico. O secretário executivo Antônio Martins concordou com a questão suscitada e conclamou a todos para iniciar uma articulação, pressionando a SEMACE, COGERH e IBAMA para desenvolver um programa de monitoramento da qualidade de água o mais breve possível. João Marcos Maia, representante da SEPLAN, abordou a questão do poder de polícia do Estado, através da SRH e COGERH, para exercer a cobrança, ressaltando a necessidade da implantação de estruturas, qualificando seu quadro de funcionário habilitando-o para o exercício da cobrança de tarifas, visto que, nesse plano tratado, certamente tiveram irrigantes subsidiados com recurso financeiro acima do valor acordado para o pagamento da tarifa e que não pagaram. O Dr. Marco Aurélio Holanda de Castro, representante da UFC, fez uma breve intervenção mostrando que no Estado do Ceará nossas águas de aluviões são limitadas, sendo que, as águas denominadas de subterrâneas são na verdade superficiais, mesmo porque essas são liberadas pelos açudes, ou seja, alimentam o aquífero aluvial. Defendeu a transposição de água do Tocantins como solução para substanciar o nosso crescimento econômico. Marzinho Oliveira, ex-presidente do Comitê da Bacia do Curu, solicitou a secretaria executiva o envio para todos comitês de bacias de um documento (síntese) dos assuntos discutidos no CONERH. O Dr. Francisco Osny Enéas, diretor de planejamento da COGERH, informou que somente para manter a fiscalização a COGERH gastou cerca de R\$ 750 mil reais com pessoal para fiscalizar todo o Vale do Jaguaribe. Acrescentou ainda que o sistema de cobrança está atrelado a dois outros instrumentos de gestão, que é a outorga e a fiscalização. Atualmente, a COGERH está buscando outros mecanismos mais factíveis para que se possa implementar a fiscalização dos diversos sistemas utilizados na irrigação. Não havendo mais qualquer intervenção do assunto em pauta, o Secretário Executivo iniciou a discussão do último item da pauta 4.2.2 “Aprovação da criação dos comitês da sub-bacia do Salgado e da sub-bacia do Alto Jaguaribe”. De conformidade com a minuta, discutida pelos comitês de bacia e comissões pró-comitês, juntamente com os conselheiros e aprovada pelo CONERH, regulamentada pelo Decreto nº 26.462 publicado no Diário Oficial de 13 de dezembro de 2001 que regulamentada os Arts. 24, inciso V da Lei nº 11.996 de 24 de julho de 1992, que dispõe sobre a política estadual de recursos hídricos e institui o Sistema Integrada de Gestão de Recursos Hídricos - SINGERH, no tocante aos Comitês de Bacia Hidrográficas - CBHS, e dá outras providências, a respeito da criação de um estatuto global definindo uma estrutura de regimento para todos os comitês. Acrescentou a inclusão dos pedidos de duas propostas de criação dos comitês acima citados, incluindo seus regimentos que, conforme parecer da assessoria jurídica da Secretaria Executiva do CONERH preenche os dispositivos prepostos no art. 4º do

Decreto citado, possibilitando condições ao presidente do CONERH encaminhar, através de resolução, ao Senhor Governador do Estado para homologação, havendo, entretanto, necessidade de aprovação pelo Conselho. O mesmo foi aprovado por unanimidade. O professor Vieira, conselheiro representante da ABRH, apresentou duas moções para discussão e aprovação pelos conselheiros, se assim fosse conveniente, tratando a primeira da criação da câmara técnica do semi-árido no Conselho Nacional de Recursos, e a outra da inclusão do semi-árido como área especial de planejamento no Plano Nacional de Recursos Hídricos, pois, dessa forma, seria importante para os estados do Nordeste, em especial para o Ceará, criando um fórum de debates à nível nacional para as questões relacionadas ao semi-árido. As referidas moções foram aprovadas sem objeções, e o Secretario Executivo assumiu o compromisso de sensibilizar o Conselho de Representantes do Nordeste para o apoio e encaminhá-las ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos o mais breve possível. A reunião foi encerrada com o informe da Dr. Vânia, representante da secretaria executiva do comitê, a respeito da programação do 4º Encontro Nacional de Comitês de Bacia que será realizado em Santa Catarina nos dias 19 a 23 de maio do corrente ano, o qual terá como pauta a cobrança de tarifas, gestão de água no semi-árido, gestão de água costeira e a política de recursos hídricos após o advento da Agência Nacional de Águas-ANA. Eu Antonio Martins da Costa, Secretário Executivo do CONERH, lavrei a presente ATA que depois de lida e achada conforme vai assinada por todos. Fortaleza, 13 de maio de 2002.

HYPÉRIDES PEREIRA DE MACEDO

Ramon Flávio Gomes Rodrigues

MARIA LÚCIA DE CASTRO TEIXEIRA

Anastácio Jorge Matos de Sousa Marinho

JOAQUIM MANOEL DE ARRUDA

André Leitão Mavignier

WELLINGTON MONTEIRO FEIJÓ

Tereza Angélica Pinheiro Maia

VICENTE DE PAULA BARBOSA P. VIEIRA

Nilson Bezerra Campos

FRANCISCO DE QUEIROZ MAIA JÚNIOR

Maria Izelda Rocha Almeida

ERNESTO DA SILVA PITOMBEIRA

Marco Aurélio Holanda de Castro

TEREZA MÔNICA E. DE CARVALHO

Antônio Harildes Oliveira Martins

RAIMUNDO WEBER DE ARAÚJO

Francisco Júnior Lopes Tavares

JOÃO MARCOS MAIA

Francisco Bergson Parente Fernandes

LÚCIA DE FÁTIMA PEREIRA ARAÚJO

Raimundo Bemvindo Gomes

TOMAZ ANTÔNIO BRANDÃO

Pedro Augusto Timbó

ACÚRCIO ALENCAR ARAÚJO FILHO

Francisco Alves de Souza

ANTÔNIO MARTINS DA COSTA

Vânia Maria Simões R. Teixeira

GERMANA DE MATTOS BRITO GÓES GIGLIO

José Bomfim Frota Silveira
